

DEBATE A OLIVEIRA E SILVA e VOTRE.

Fernando TARALLO (Universidade Estadual de Campinas)

ABSTRACT: In the present text which was read during the 42nd Annual Meeting of the Brazilian Society for the Advancement of Sciences (SBPC), I comment and discuss some of the issues raised by Oliveira e Silva, Votre et alii at the plenary session promoted by ABRALIN in conjunction with the aforementioned meeting. In particular, in section 1. I draw attention to the indisputable contribution of the UFRJ (Federal University of Rio de Janeiro) Sociolinguistics research group to the development of the area and publicly first at the plenary session and now in printed form I give thanks to the group for the quantity and high quality of work done to date. The remaining two sections of the text then proceed to general counterarguments which were formulated to the members of the group concerning their general theoretical assumptions and orientation.

Sem dúvida alguma, estamos diante de uma grande ocasião: através desta conferência plenária, proferida por Giselle Machline de Oliveira e Silva, durante os trabalhos da ABRALIN, junto à 42a. Reunião Anual da SBPC em Porto Alegre, representando o grupo de Estudos

Sociolingüísticos do Rio de Janeiro, teremos uma oportunidade única: a de expressar o reconhecimento da comunidade acadêmica de Linguística, e de Sociolingüística em particular, pela vasta quantidade de trabalhos realizados, e pelo saber em Sociolingüística acumulado por tal grupo de pesquisadores.

O texto que Oliveira e Silva e Votre (juntamente com os membros do Grupo de Estudos do Uso da Língua) nos oferecem está dividido em 7 partes, além de uma introdução (parte 1) e de uma conclusão (parte 9), a saber: 2. O grupo Censo; 3. Projeto atual: Problemas e necessidades; 4. Organização estrutural do grupo; 5. Orientação teórica e metodológica; 6. Alguns resultados; 7. Outras atividades e 8. Trabalhos pessoais.

No presente debate, não me aterei rigidamente às partes acima, seqüencialmente. Ao contrário, dividirei a minha fala em três partes ou três momentos: 1. o elogio ou o momento do reconhecimento; 2. as incertezas e/ou problemas colocados pelo próprio grupo; e 3. as dúvidas do debatedor. Apesar de o debatedor em questão não se restringir à seqüencialidade e nem tampouco à especificidade das partes da conferência, será inevitável que o momento de dúvida surja precisamente na seção concernente à orientação teórica do grupo de sociolingüística do Rio de Janeiro. Mas vamos ao primeiro momento: o reconhecimento da comunidade acadêmica em lingüística, e especificamente de Sociolingüística, pelo vasto número de trabalhos realizados pelo grupo sobre a descrição de aspectos representativos da fala carioca.

1. O elogio ou o momento de reconhecimento

O grupo de sociolinguística coordenado por Anthony Naro foi consolidado ainda na década de 70 quando outros centros ainda engatinhavam os primeiros passos na área. O grupo CENSO, conforme ficou conhecido no meio acadêmico, consolidado em 1979, representava um grupo de pesquisa de caráter interuniversitário, com base na UFRJ, cujo interesse principal era o de estudar o uso da língua falada no Brasil, com ênfase para o município do Rio de Janeiro. Para este projeto, intitulado Censo da variação linguística no Rio de Janeiro e financiado pela FINEP, foram coletadas 48 horas de fala, com os informantes estratificados por sexo, idade, escolaridade, procedentes de todas as regiões geográficas do Rio. Tais dados foram, por sua vez, armazenados através de meios eletrônicos, igualando-se a qualidade da amostra às de outros centros de pesquisa, internacionalmente reconhecidos: o centro da Filadélfia, comandado por William Labov e Gillian Sankoff; o de Montreal, coordenado por Henrietta Cedergren, David Sankoff e Gillian Sankoff em um primeiro momento, e desdobramentos posteriores com novos dados coletados, armazenados e analisados por David Sankoff, Pierrette Thibault, e Diane Vincent; e o de Ottawa, coordenado e dirigido por Shana Poplack, para citar apenas alguns outros centros de inspiração notadamente laboviana na metodologia de coleta, armazenamento e análise de dados empíricos. No projeto Censo, várias variáveis, fonológicas, morfossintáticas e discursivas, foram analisadas, conforme bem o atestam os trabalhos feitos e apresentados pelo grupo nos vários congressos nacionais e internacionais de Sociolinguística.

Do projeto Censo nasce o Estruturas da Fala e Aquisição da língua padrão, este financiado pelo INEP. A preocupação do grupo

com aspectos da Sociolinguística Aplicada ao ensino da língua materna acarreta uma dilatação da amostra, com o acréscimo da fala de 16 crianças. Neste projeto continuam as análises de fenômenos variáveis do português carioca, mais especificamente daqueles que interessam ao ensino da língua padrão culta.

Concluído o projeto Censo, monta-se o projeto Subsídios Sociolinguísticos do Projeto Censo à Educação, também financiado pela FINEP. O objetivo central deste novo projeto fixa-se em identificar, em cada fenômeno específico que estava sendo analisado, as implicações pedagógicas sobre o funcionamento da língua falada.

Mais recentemente, ou seja de 1987 para cá, o grupo trabalhou no projeto Mecanismos Funcionais do Uso Linguístico, submetido a FINEP em 1987, e no momento, no projeto: Uso da Língua na Comunicação (ULC), com dois objetivos principais em mente: a. confirmar hipóteses levantadas em projetos anteriores, ou seja: hipóteses, conforme o sentiu o grupo, precisavam ser validadas com novos dados e novos testes; e b. avaliação e teste de novas hipóteses, com os dados já disponíveis no programa de pesquisas.

O projeto atual, Uso da Língua na Comunicação, é dividido em subprojetos ou módulos de maneira a cumprir uma série de objetivos: nas palavras do próprio grupo na versão preliminar do texto da conferência e cf. seção 3. da presente retrospectiva, "1. aprofundar e desdobrar análises iniciadas nos projetos anteriores; 2. inventariar, propor, organizar e intercambiar bancos de dados da fala e da escrita; 3. levantar, identificar, analisar e interpretar aspectos relevantes da realidade sociolinguística do Rio de Janeiro; 4. propor e desenvolver orientações teórico-

metodológicas para o avanço da pesquisa lingüística; 5. oferecer subprodutos voltados para a facilitação de pesquisa lingüística, para o ensino e a pesquisa de dimensões *não-lingüísticas* associadas ao uso da linguagem, sobretudo através dos documentos eletrônicos *índice e concordância*". Uma novidade neste projeto atual é a criação de um *banco interacional* de dados (p. 4), modesto no início, com apenas 20 informantes, gravados em distintos contextos comunicativos.

Há, ainda, que se ressaltar a organização estrutural do grupo, inteligentemente concebida a partir de módulos: "O grupo se organiza numa estrutura modular dinâmica, em setores que podem ser ativados simultaneamente ou em momentos diferentes, de acordo com a necessidade e as prioridades no cumprimento de objetivos previamente estabelecidos a cada etapa do ULC como um todo e às etapas nele contidas" (cf. seção 4).

Já do ponto-de-vista dos resultados de análise obtidos até o momento nos diversos projetos, há que se salientar a grande contribuição feita pelo grupo na discussão sobre o que concerne o peso exercido pelos fatores sociais clássicos, como a idade, o sexo e a escolarização, na variação lingüística, bem como por variáveis novas, como o mercado ocupacional, a exposição aos meios eletrônicos e a sensibilidade lingüística, e o início de tratamento da variável etnia. Os resultados obtidos em relação aos fatores sociais, tanto os clássicos como os novos, constituem importante fonte de subsídios sociolingüísticos à educação.

A discussão já realizada pelo grupo (Relatório de 1986 à FINEP) sobre o peso dos fatores externos, e especialmente nos cruzamentos realizados, entre sexo e

escolaridade; sexo e mercado ocupacional; sexo, escolaridade e mercado ocupacional, é extremamente relevante para a questão do prestígio da língua materna e sua aquisição na escola.

E, por fim, saliente-se o grande trabalho realizado pelo grupo como centro de treinamento e aperfeiçoamento de pesquisadores.

Muitos outros aspectos positivos estão ainda contidos na fala da conferencista e que mereceriam o devido reconhecimento neste momento. A fim de não me alongar mais no texto de modo a não repetir o que já foi dito pela conferencista, passo ao debate: papel que exerço com o maior prazer, admirador e conhecedor que sou dos trabalhos realizados pelo grupo da UFRJ. Devo ressaltar, entretanto, que as colocações que farei justificam-se plenamente através das vozes de outros sociolinguistas de orientação teórica diferenciada. Cumpre salientar, pois, que desta conversa agradável se espera obter um momento profícuo de reflexão para a área em particular e para o desenvolvimento da ciência linguística em geral.

A seguir, retomo quatro problemas colocados a partir da conferência que acabamos de ouvir (e neste momento, de ler). Estes quatro problemas reaparecem em meu debate com possíveis respostas, acrescidas de outras perguntas que gostaria de colocar à conferencista, na qualidade de porta-voz do grupo.

2. As incertezas do próprio grupo

Na leitura do texto da conferência, são apontados alguns problemas enfrentados pelo grupo. Destes (Ver seção 3 da retrospectiva) retomo quatro que me pareceram especialmente

interessantes para discussão. Em primeiro lugar, o grupo aponta a falta de compatibilidade entre os diversos corpora existentes sobre a variação e a mudança no português brasileiro, sobretudo por falta de informação sobre os critérios adotados na coleta dos dados e na metodologia de sua análise e interpretação. E ligado a este primeiro problema, o segundo ressalta a falta de condições ideais para a análise contrastiva das variações dialetais encontradas em diferentes regiões do país, o que impede de avançar no traçado de um perfil sociolinguístico da comunidade de fala coloquial não culta do Brasil. Em terceiro lugar, é apontado como problema empírico complexo a integração da análise multivariacional com os modelos de análise da conversação, especialmente pelas diferenças nos critérios para coleta e transcrição e nos métodos adotados. E em quarto e último lugar, o estabelecimento das diferenças entre fala e escrita, o que levou o grupo no projeto atual a trabalhar no sentido de montar um banco específico de dados da escrita informal.

Retomarei os dois primeiros pontos sobre a incompatibilidade metodológica apontada no texto quando discutir posturas teóricas alternativas adotadas pela sociolinguística praticada no Brasil. O terceiro problema apontado, o da dificuldade em integrar a metodologia multivariacional aos estudos sobre conversação, liga-se, ainda que indiretamente, à questão da postura teórica diferenciada. O quarto problema diz respeito à questão de gramáticas quantitativamente e/ou qualitativamente diferenciadas, discussão esta não contemplada nas pesquisas realizadas pelo grupo até o momento.

3. As dúvidas do debatedor (e quiçá? da comunidade acadêmica da área)

Respondendo aos quatro pontos colocados acima, e avançando, ao mesmo tempo, outras reflexões, gostaria de comentar os seguintes pontos com a conferencista:

Em primeiro lugar, tomemos a questão da incompatibilidade metodológica e da falta de condições ideais para a comparação das falas brasileiras

Na seção 3., Oliveira e Silva e Votre, ao motivarem a necessidade de intercâmbio de dados para a re-testagem de resultados já obtidos com o corpus carioca, ---e lembrem-se: um dos problemas (ou incertezas do próprio grupo como me referi acima) era o da não compatibilidade entre os corpora existentes no país em outros bancos de dados,--- deixam de mencionar um ponto extremamente importante para tal empreita: o da incompatibilidade teórica entre os diversos outros grupos de pesquisa existentes. Explicito melhor: a posição teórica do grupo é notadamente funcionalista (referendo a partir da seção 5.: "Motivados por diferentes desafios teóricos e metodológicos, vêm procurando novas alternativas, inspirados sobretudo nos trabalhos de funcionalistas (ênfase acrescida), como W. Chafe, P. Hopper, S. Thompson, T. Givón e R. Tomlin; e nos analistas da conversação, como Sacks & Schegeloff, e nos adeptos da difusão lexical, como Wang & Cheng".). Para um grupo que trabalha quantitativamente com dados empíricos, dentro da proposta laboviana de pesquisa, mal nenhum há em que se siga uma linha funcionalista ou outra qualquer. Afinal de contas, diferenças teóricas existem, e uma vez que se trabalha com uma abordagem quantitativa em que se mede a força de fatores

condicionadores a determinado uso lingüístico, natural é que alguns grupos postulem fatores de natureza estrutural, enquanto outros invistam em fatores de natureza funcional. Tais fatores condicionadores, sejam eles de natureza estrutural, funcional, ou externa, caracterizam, na linha de pesquisa laboviana, as variáveis independentes. Se os grupos de pesquisa em Sociolingüística se diferenciam, pois, na escolha e no elencamento de variáveis independentes, a discussão entre os diversos grupos é inócua uma vez que se trata simplesmente de opção por modelos teóricos.

O problema grave acontece, e aqui, sim, a questão do referencial teórico tem seu lugar devido, se a opção pelo modelo teórico decisivamente interferir no estabelecimento da variável dependente, isto é: no recorte do objeto. Explícito ainda mais: o estudo de ordem vocabular, por exemplo, foi simultaneamente realizado pelo grupo carioca e por outros grupos, dentre eles pelo paulista do qual faço parte. O tratamento dado por um e outro grupo é claramente diferenciado pela opção teórica feita: funcionalista vs. formalista. Observe-se, novamente, que a questão colocada aqui não se refere pura e simplesmente à escolha do referencial teórico. Questões como as já colocadas pelo grupo carioca, dentre elas talvez a mais importante tendo sido a ênfase na inexistência da Sintaxe (Consultem-se para este fim: Votre e Naro, 1989, DELTA 5, 2, pp. 169-184; e Nascimento, 1990, DELTA 6, 1, pp. 83-98), não se colocam aqui. Cada grupo segue o referencial teórico escolhido, desde que o pratique com coerência. O problema maior, como argumentei acima, tem a ver com a interferência do referencial teórico no estabelecimento da variável dependente. Uma abordagem formalista explícita três configurações para a ordem VS em

português: 1. os verbos apresentativos, notadamente ergativos, como *chegar* em *Chegaram algumas pessoas*; 2. o fenômeno V2, como em *Onde dormem as crianças?* e 3. as construções de antitópico, também chamadas na literatura sintática de 'inversão estilística românica', em *Está pronto o vestido azul*. Estas três configurações, quando e se diferenciadas a nível de variável dependente, resultam comportamentos igualmente diferenciados na análise dos dados, por exemplo: a variação como tal se realiza mais freqüentemente no terceiro tipo de construção e, ainda assim, minimamente. O primeiro tipo de construção se manifesta quase que categoricamente na ordem VS o que, de certa maneira, questiona o próprio estatuto sintático de S como sujeito temático nestas configurações. As três configurações são, por sua vez, regidas pelo critério da mono-argumentalidade. Exemplos como *Cem cruzados faturou a nossa barraca*, tomado pelo grupo como prova empírica de que é possível a inversão verbo-sujeito com verbos transitivos, pode ter uma representação sintática outra que não caracteriza ordem objeto-verbo-sujeito, e sim foco-verbo-argumento. E, neste sentido, não é a incompatibilidade metodológica de coleta de dados o grande problema. O problema maior, a nosso ver, é chegar a um retrato sociolinguístico da fala brasileira, dada a multiplicidade de referenciais teóricos adotados pelos diversos grupos.

Mas a diferença na postura teórica tem outras conseqüências. Um segundo problema, que gostaria de ver melhor explicitado, é o do imbricamento entre as pesquisas realizadas. Ou seja: se de um lado, conforme já retomei anteriormente da seção 4., a organização do projeto em módulos é extremamente interessante, defende-se que "Cada projeto individual

apresenta um ponto na grande tapeçaria da realidade sociolinguística da fala do Rio de Janeiro". O problema é que o enfoque teórico adotado nos projetos individuais não deixa prever o imbricamento dos projetos entre si. Em uma abordagem formalista, por exemplo, a verificação que a fala não culta tende a usar sujeitos lexicais plenos teoricamente prevê a redução do paradigma da morfologia verbal e o esvaziamento da concordância verbal e trans-sintaticamente, da concordância nominal. Ou inversamente, e igualmente é claro, a verificação sobre o esvaziamento da concordância verbal teoricamente prevê a tendência ao preenchimento do sujeito, temático ou não-temático. Não há menção, por exemplo, a como o estudo do paralelismo formal (de Scherre e Naro) de um lado pode contribuir para o estudo de Braga sobre as orações clivadas, ou para o estudo de Omena sobre a indeterminação, para citar apenas três. Claro que há uma resposta óbvia a esta minha colocação: uma vez estabelecido como o paralelismo formal atua na concordância nominal, há que se ver seu papel em outras estruturas. Mas qual é o estatuto teórico do paralelismo formal? Ou fraseando de maneira contrária: qual é o aparato teórico a partir do qual se podem formular hipóteses sobre os dados? Talvez essa ênfase excessiva na questão das diferenças metodológicas apontadas (metodologia de coleta, é bem verdade!) deva-se à assunção teórica básica formulada pelo grupo em dois momentos do texto: cf. seção 5., "buscar fora da língua e no contexto de seu uso os fatores que motivam e condicionam a sua estrutura", e mais adiante, na mesma seção 5., "o discurso como fator na análise; procuramos fazer uma análise no discurso (e não do discurso), partindo sempre do uso. Por fim, admitimos que sobretudo fora da estrutura

lingüística, podemos buscar explicação para o modo de ser de cada fenômeno". Então tudo, na perspectiva do grupo, vem do próprio dado e assim parece não haver aparato teórico subjacente ao trabalho do grupo. Temos observado, no trabalho que realizamos no projeto 'Gramática do Português Falado', que o que diferencia as 5 falas brasileiras estudadas não são elementos estruturais sintáticos, mas sim, elementos que remetem à própria conversação em si, como o planejamento da fala. Neste sentido, entende-se a preocupação do grupo com a incompatibilidade metodológica de coleta, pois os dados, sobretudo os de conversação, certamente revelarão diferenças dialetais e, mais tragicamente, refletirão viés metodológico se não tiverem sido correta e coerentemente colhidos e armazenados. De qualquer forma, gostaria de um comentário da conferencista sobre a questão da incompatibilidade teórica que, repito, assumo ser o grande entrave a que se chegue a um retrato sociolingüístico da realidade brasileira. Suponho, ainda, mas a mero título de especulação gratuita, que o encaminhamento recente de vários projetos contemplando aspectos pragmáticos-discursivos e da análise da conversação se deva às questões apontadas em minha fala.

Estas colocações levam ainda a uma terceira discussão: até que ponto se pode dizer que o grupo faz sociolingüística, e em que sentido? Divido, ainda, este ponto em dois menores, o primeiro, sem dúvida nenhuma, curioso. Digo curioso, pois sinto um certo desapontamento na fala da conferencista ao noticiar que várias vezes o grupo não encontrou variação onde esperava, mas tão somente distribuição de formas com diferentes funções. Ou seja: o fato de certas formas que se acreditava estarem em variação, mas que após a

análise somente demonstram uma diferente distribuição, isto é: diferentes formas cumprindo diferentes funções em diferentes contextos, aparece como um entrave ao modelo sociolinguístico do grupo. Por que isto? Não há espaço na sociolinguística para regras categóricas, diferenciadas, ou não há espaço neste grupo de pesquisa sociolinguística para regras distribucionalmente diferentes quanto à forma e função?

A segunda subdivisão do terceiro comentário leva-me ao próprio título da conferência. Pelo título, fica muito claro qual a representação que o grupo faz de si mesmo: Estudos Sociolinguísticos no Rio de Janeiro. No início da seção 5., os autores dizem que "No primeiro momento da pesquisa os integrantes do grupo CENSO partiram de uma orientação teórica e metodológica relativamente homogênea, inspirada nos trabalhos de William Labov e Gillian Sankoff, e nesse quadro desenvolveram seus primeiros projetos". Acontece que a orientação teórica do grupo se alterou com os projetos seguintes, distanciando-os teoricamente da proposta laboviana que, por sua vez, continuou o seu próprio caminho, diferenciando-se com o passar do tempo, mas mantendo sempre sua soberania como pesquisa sociolinguística. As referências à teoria da variação laboviana são feitas dentro da proposta metodológica do grupo (Cf. seção 5.): "A metodologia da teoria da variação é o fio condutor principal da maioria dos projetos individuais. Diferentes aspectos dessa metodologia vêm sendo testados e consolidados, desde 1975, por integrantes do grupo, em estudos individuais, dissertações de mestrado e teses de doutorado, bem como nos três projetos anteriores, ou seja: os financiados pela FINEP (CENSO, SUBSIDIOS E MECANISMOS) e no projeto

ESTRUTURA DA FALA, financiado pelo INEP". Considerando-se a virada do modelo laboviano, atestada nos textos de Labov (1987) sobre a super-estimação do funcionalismo em lingüística e de 1989 sobre as limitações do contexto (Ver Tarallo:1990, DELTA 6, 2, pp. 195-222), pergunta-se até que ponto o rótulo sociolingüístico é pertinente ao trabalho desenvolvido pelo grupo no momento, ou se o grupo representa, na realidade, um esforço concentrado de se fazer lingüística funcionalista sobre dados empíricos. Dadas as assunções teóricas feitas pelo grupo, creio que dificilmente se poderia chamar Chafe ou Thompson de sociolingüistas, tomando-se esta palavra no sentido laboviano. Uma vez que as variáveis independentes consideradas são notadamente de caráter funcional, então a teoria da variação resume-se na coleta de dados, no armazenamento eletrônico dos mesmos, e no instrumental estatístico adotado, mas em ortodoxia ao modelo laboviano certamente não se pode falar. Neste sentido, dos projetos individuais em andamento no momento, parece-me ser o de Scherre e Naro sobre o paralelismo formal, e sobretudo o interesse dos dois pesquisadores em verificar "o comportamento de variáveis lingüísticas e sociolingüísticas com dados seriados, ou seja, com dados que envolvem diversas ocorrências sucessivas de uma mesma variável dependente e com dados isolados" (Cf. seção 8.), o que mais se aproxima das preocupações "sociolingüísticas" de Labov no momento, tomando-se especialmente o texto de 1987 sobre a super-estimação do funcionalismo como ponto-de-partida. E, por fim, um último adendo a este comentário. A meu ver, o grupo faz sociolingüística em dois pontos: 1. metodologicamente, através da utilização do pacote estatístico; e 2. na linha de pesquisa

sobre sociolinguística aplicada no que retoma a célebre correlação entre uso linguístico e configuração social da comunidade, isto é: a relação entre língua e sociedade.

O meu quarto e último comentário prende-se ao interesse do grupo em considerar diferenças entre a fala e a escrita. Assim, como ponto crítico em relação ao trabalho empreendido pelo grupo, ressalte-se a ausência da questão da variação e mudança quantitativas e qualitativas, ou seja: com esta intenção, manifesta pelo grupo, de fazer, a longo prazo, um traçado do perfil sociolinguístico brasileiro, ressalta aos olhos a ausência de discussão sobre gramáticas quantitativa ou qualitativamente diferenciadas. Ao que parece, os resultados obtidos até o momento no país, não apresentam diferenças qualitativas entre as análises feitas em diferentes regiões do país, e sim diferenças de natureza meramente quantitativas, dividindo o país em dois "letos": o padrão e o não-padrão. Estudos detalhados da fala e da escrita certamente revelarão diferenças qualitativas profundas em algumas partes da gramática. Tais questões somente poderão ser contempladas pelo grupo se também for contemplado o nível de diferenciação entre gramáticas e letos: se quantitativo ou qualitativo.

E para encerrar este debate gostaria de reforçar as colocações feitas no início de minha fala. Estamos em uma situação de reconhecimento ao mérito do trabalho desenvolvido por um grupo de pesquisadores incansáveis na busca do retrato sociolinguístico brasileiro. Com eles convivo; com eles aprendo; deles me diferencio e a eles me igualo. Nossas conversas, nossas diferenças e nossas semelhanças muito têm contribuído para

o desenvolvimento da área. Embora em alguns pontos nossa conversa provavelmente continue inócua, a saber: a questão da incompatibilidade de referencial teórico, de uma coisa tenho certeza: conseguimos nos falar e conseguimos nos ouvir e é só a partir deste fato tão simples e corriqueiro que poderemos esperar desenvolvimento e progresso para a ciência.

NOTAS

* Este texto foi lido durante a 42a. Reunião Anual da SBPC, em 11 de julho de 1990, Porto Alegre, como atividade programada da ABRALIN, na qualidade de debate à conferência plenária intitulada ESTUDOS SOCIOLINGÜÍSTICOS NO RIO DE JANEIRO, assinada por Giselle Machline de Oliveira e Silva, Sebastião Josué Votre e membros do Grupo de Estudos do Uso da Língua da Universidade Federal do Rio de Janeiro e promulgada na ocasião pela primeira autora. O texto da conferência aparece na seção de RETROSPECTIVA do presente número da revista DELTA, acompanhado pelo texto-debate de minha autoria.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- LABOV, W. (1989) The limitations of context. Evidence from misunderstandings in Chicago. Mimeo.
- _____. (1987) The overestimation of functionalism. In: R. Dirven e V. Fried (eds.), *Functionalism in Linguistics*.

- Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins
Publishing Co., 311-32.
- NASCIMENTO, M. do. (1990) Teoria gramatical e
"Mecanismos funcionais do uso da língua".
DELTA, vol. 6, n. 1, 83-98.
- TARALLO, F. (1990) A estrutura na variação: Do
falante-ouvinte real ao Falante-Ouvinte Real.
DELTA, vol. 6, n. 2, 195-222.
- VOTRE, S. J. e NARO, A. J. (1989) Mecanismos
funcionais do uso da língua. *DELTA*, vol. 5, n.
2, 169-84